



1 **ATA DA OITAVA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **DE ARQUITETURA E URBANISMO DE RORAIMA – CAU/RR, REALIZADA**
3 **EM DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE.**

4 Aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às dez horas, na Sede do
5 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU/RR, situado na Avenida
6 Santos Dumont, mil novecentos e cinquenta e dois, no bairro trinta e um de março, na
7 Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, reuniram-se os Conselheiros Estaduais, para a
8 realização da 8º Sessão Plenária Extraordinária do Conselho de Arquitetura e
9 Urbanismo de Roraima – CAU/RR. Preside a Sessão, o Presidente Arquiteto e Urbanista
10 Pedro Hees, estando presentes os seguintes Conselheiros Titulares Arquitetos e
11 Urbanistas: Eduardo Oliveira Marques, Roberto Brito Farias e Conselheira Ingrid
12 Skarlety Rosas Souza, estando ausente a Conselheira Maria do Perpetuo Socorro
13 Almeida, com a presença do Conselheiro Suplente Jorge Romano. **Item 1 (um) -**
14 **VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM** – após a verificação do quórum, o Presidente informa
15 que há quórum. **Item 2 (dois) - EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO E**
16 **DO HINO DO ESTADO DE RORAIMA** - Iniciando a Sessão Plenária com Execução
17 do Hino Nacional e em seguida o Hino do Estado de Roraima. **Item 3 (três) –**
18 **APROVAÇÃO DE ATA.** Ata anterior aprovada. **Item 4 (quatro) – DELIBERAÇÕES**
19 **DAS COMISSÕES.** O Presidente inicia a sessão apresentando as deliberações e
20 relatórios das comissões. O Coordenador da CEP Eduardo Oliveira Marques fala em
21 relação a denuncia anônima recebida do colégio objetivo, a instrução é passar pelo
22 Jurídico, para retornar à presidente e posterior ao Ministério Público, sugerindo um
23 laudo pericial da estrutura, do colégio, e informa que encontra-se com a gerente técnica
24 para ser passado ao Presidente e solicita celeridade. Com relação ao Proc. nº 003, foi
25 apresentado em plenária e já passou o prazo, pode-se fazer a punição, que será todos
26 encaminhados ao presidente pela Gerente Técnica Ananda Teles. Foi aberto o Proc. nº
27 001/2017, relativo à profissional, neste processo foi nomeado Roberto Brito Farias como
28 Relator. Com relação ao relatório de Fiscalização, a Comissão entendeu que foi
29 apresentado um relatório de Fiscalização que não diz nada, e ressaltamos para Gerente
30 técnica Ananda que sabe que houveram dentro do Conselho outras atribuições que
31 atrapalharam a fiscalização, mas que esteja explicando no relatório de fiscalização por
32 que não houve, se por estar doente que coloque o atestado, assim como as mesmas são
33 Fiscais de obra esclarecer quanto tempo está demandando para esta outra função, pois no
34 relatório consta dois bairros fiscalizados e em nenhum não conseguiu encontrar
35 nenhuma obra, diz Conselheira Ingrid, o que é muito estranho, nenhuma obra nem de
36 engenheiro, nem de arquiteto, o Presidente diz que solicitará da Gerente técnica um
37 relatório mais detalhado, Eduardo diz que tem que apresentar o atestado e as férias como
38 justificativa, pois o relatório mostra uma rota grande no Bairro Sem. Hélio Campos, e
39 não achou uma obra de Engenheiro ou Arquiteto. Conselheira Ingrid fala que deveria
40 estar constando que este mês as ações foram comprometidas pelas férias de uma das
41 pessoas, e por motivos de doença de outra, então não pode ter sido feito “aquilo tudo” e
42 colocar as atividades da fiscalização da obra como outra atribuição executando, diz que
43 este Relatório com certeza não condiz com a realidade. Aguardam o relatório correto da
44 Gerente técnica e a mesma já esta ciente. Outra demanda da CEP são as questões de
45 RRT da obra, de fiscalização, de autoria, ou seja todas as RRTs necessárias, para serem
46 providenciadas. O Presidente fala que na época do projeto seria uma RRT conjunto,
47 assim como Jorge Romano, Eduardo interrompe dizendo que esta ideia foi apresentada
48 e que o mesmo foi contrario a ideia, o Presidente sugere fazer uma RRT compartilhada,
49 mostrando as autorias, inclusive ajuda a gente a justificar a pressa de licitar a obra para



50 não perder o prédio cedido, e para utilizar o recurso, então fazer a RRT necessárias.
51 REGISTROS DE PF. O Coordenador apresenta os registros da CEP de Pessoa Física
52 Penélope Gomes da Silva Buffi, Aldeniza Guimarães da Silva Pinho, Dener Briglia
53 Piaia, Everton Souza do Nascimento, F.J. de Oliveira e cia LTDA-ME, aprovados pela
54 plenária. O Presidente fala que esta em contato com a Professora Graciete que é
55 Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, e a mesma esta
56 empenhada em cadastrar o curso e pagar RRT de cargo e função no CAU/RR, algo
57 positivo. **Item 5 (cinco) – ADITIVO DA OBRA.** Presidente fala que foram encontrados
58 alguns equívocos no orçamento que ocasionaram a necessidade de adito da obra, o
59 aditivo foi encaminhado ao Jurídico, o primeiro aditivo já havia sido aprovado, e agora
60 tem o segundo aditivo, devido ao incêndio tiveram diversas mudanças no orçamento,
61 ocasionando um acréscimo no valor da obra, lembrando que a lei 8.666 permite
62 acréscimo de 50% no valor final, de R\$ 130.000,00 foi para R\$ 197.000,00, isso
63 ocasionou uma diferença no nosso orçamento previsto, sendo necessário que aprove aqui
64 uma reprogramação orçamentária, explicada pelo Presidente, no centro de custo da
65 Presidência o valor estava 60 mil, o presidente fala que pode tirar 20 mil e remanejar, da
66 COA pode-se remanejar 5 mil reais, e da CEP 5 mil reais, e ainda a despesa do
67 superávit do ano passado que não foi contabilizado no orçamento deste ano, estima
68 aproximadamente 21 mil reais de superávit, com estes valores chega no 50 mil
69 necessário para o aditivo da obra, o contador explica mais detalhadamente aos presentes,
70 falam da necessidade de pressa na aprovação para ser encaminhado ao CAU/BR para
71 aprovação o quanto antes. A Conselheira Ingrid fala de deve ser feito o tramite correto e
72 ser encaminhado para uma extraordinária da COA, fala que foi solicitado na reunião da
73 Comissão um estudo financeiro, um relatório da Fiscal sobre o Processo, para que a
74 COA pudesse avaliar, o Presidente fala que tem orientação do Jurídico para juntar os
75 dois aditivos em um só, a Conselheira Ingrid diz que não esta sabendo do primeiro
76 aditivo pois o mesmo não passou pela COA, a orientação que a mesma faz que seja
77 encaminhado um único aditivo com todas as informações solicitadas para a Comissão, e
78 que a mesma esta aguardando os relatórios solicitados para a Fiscal da Obra para
79 analisar e dar Parecer, pois Reajuste de valores tem que ter aprovação da Comissão. O
80 Presidente fala pra marcar uma extraordinária da COA para o dia seguinte para analisar
81 tais solicitações, a gerente técnica foi solicitar da Fiscal tais documentos e ainda não
82 estavam prontos devido ao tempo, o Conselheiro Eduardo diz que não tem como analisar
83 a reprogramação sem avaliar tais documentos que motivaram reprogramação, o
84 Presidente fala da pressa para aprovação, e encaminhamento ao CAU/BR e os prazos
85 curtos, Eduardo pede um laudo técnico, o Presidente diz que está sendo realizado, o
86 Conselheiro disse que só seria favorável a uma reprogramação se entendesse e analisasse
87 as documentações da obra, que é a motivação da reprogramação, o Presidente sugere que
88 a COA se reúna e analise o processo da obra, juntamente com o relatório técnico, e com
89 a reprogramação orçamentária, Presidente fala que nesta semana houve varias reuniões e
90 um curto espaço de tempo por isto não foi possível concluírem o Parecer Técnico, porem
91 esta sendo feito, e convida a quem quiser vir ver e analisar anteriormente pode vir. A
92 Conselheira Ingrid salienta que está aguardando a parte técnica e se reunirão em
93 extraordinária da Comissão para analisar a reprogramação orçamentaria. A Conselheira
94 Ingrid fala que no mais a ser discutido das demandas das comissões é sobre as viagens
95 que já foram definidas, deixaram só em aberto as que não eram regionais, da CEP, o
96 Conselheiro Eduardo fala que tem que ver primeiramente o que vai acontecer na
97 extraordinária da reprogramação, para se reposicionar, a Conselheira pergunta se vai
98 parar a decisão das viagens, o Conselheiro Eduardo diz que por hora sim, pois tem que
99 ver o que vai acontecer com o orçamento primeiro, por conta da reprogramação, que



100 após as comissões se reprogramariam quanto à viagens, que é o mais sensato. O
101 Presidente fala que outra alternativa seria conseguir convênio de doação, que veria com
102 os demais CAU's a legalidade. O presidente fala da possibilidade de pré aprovar Ad
103 referendum a reprogramação, a Conselheira diz que após a reunião da Comissão será
104 encaminhada para plenária. O Presidente encerra a Sessão Plenária, nada mais havendo a
105 ser discutido.

Boa Vista (RR), 02 de maio de 2017.

PEDRO HEES

Presidente

INGRID SKARLETY ROSAS SOUZA

Conselheira Titular

EDUARDO OLIVEIRA MARQUES

Conselheiro Titular

ROBERTO BRITO FARIAS

Conselheiro Titular

JORGE ROMANO NETTO

Conselheiro Suplente

106 Continuação da 8º Sessão Plenária Extraordinária: Aos nove dias do mês de maio de
107 dois mil e dezessete, às dez horas, na Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de
108 Roraima – CAU/RR, situado na Avenida Santos Dumont, mil novecentos e cinquenta e
109 dois, no bairro trinta e um de março, na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima,
110 reuniram-se os Conselheiros Estaduais, para a continuação da 8º Sessão Plenária
111 Extraordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU/RR. Preside
112 a Sessão, o Presidente Arquiteto e Urbanista Pedro Hees, estando presentes os seguintes
113 Conselheiros Titulares Arquitetos e Urbanistas: Eduardo Oliveira Marques, Roberto
114 Brito Farias e Conselheira Ingrid Skarlety Rosas Souza, e a Conselheira Maria do
115 Perpetuo Socorro Almeida. **Item 1 (um) - VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM** – após a
116 verificação do quórum, o Presidente informa que há quórum. **Item 2 (dois) -**
117 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO E DO HINO DO ESTADO**
118 **DE RORAIMA** - Iniciando a Sessão Plenária com Execução do Hino Nacional e em
119 seguida o Hino do Estado de Roraima. **Item 3 (três) – APROVAÇÃO DE ATA.** Ata
120 anterior aprovada. **Item 4 (quatro) – NOVA PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO**
121 **ORÇAMENTÁRIA.** O contador apresenta nova proposta de reprogramação
122 orçamentária, detalhando as alterações dos centros de custos, decorrendo para o valor
123 necessário para finalizar a obra, falam das arrecadações e centro de custo das comissões,
124 falam sobre o fundo de apoio que está sendo discutido em Brasília, o Presidente fala dos
125 CAU's básicos e suas dificuldades, e a necessidade da economicidade, o presidente
126 lembra a orientação do CAU/BR de conter todos os gastos, que quando a sede mudar



127 para o novo local irá parar de pagar o aluguel deste lugar, gerando economia de
128 aproximadamente R\$ 3.000,00 por mês, e que haverá reprogramação em junho, e que
129 fechou convenio com a Secretaria de Infraestrutura do Estado e que esta sendo pago os
130 RT's. A Conselheira Ingrid Skarlety fala que foi feita uma lista com as pendencias para
131 a Fiscal, e que a mesma já apresentou Parecer Técnico sobre a obra, e pede para que os
132 demais analisem, a Conselheira fala sobre a data do incêndio ter sido dia 01 e a licitação
133 ter sido dia 03, posterior a data do incêndio, que isto deve ser observado, alterando este
134 quesito como não podendo ser usado como justificativa dos aditivos, pois deveria ter
135 previsto no processo de licitação, o Presidente diz que isso implicaria a data de
136 publicação, diz que após o incêndio só foi verificado a cobertura como danificado, e que
137 os aditivos se deram por outros danos que não foram vistos, como piso, reboco, etc.. A
138 Conselheira fala que foi solicitado o Parecer para a Plenária e a presença do Assessor
139 Jurídico, que não está sendo presente às reuniões, mesmo convocado, para dar respaldo,
140 e que a Fiscal Lívia fez todas as considerações sobre a obra no Parecer e em Comissão,
141 fala que não recebeu o primeiro termo aditivo na Comissão – COA, e que a COA deve
142 analisar essas questões anterior à Plenária, e que deve constar no processo todas as
143 planilhas desde o inicio ao final, como acrescido e suprimidos, o que foi aditivado, e que
144 isto já foi solicitado pela COA, e que deveriam ser apresentados hoje, as solicitações
145 pendentes solicitadas sobre o processo, o Conselheiro Eduardo disse que tais solicitações
146 não chegam, o Presidente fala que logo esta sendo providenciado pelas fiscais as
147 demandas, e que os presentes podem se juntar para analisar e corrigir o processo, a ação
148 de sentar junto com as fiscais e regularizar todo o processo, inclusive os aditivos. A
149 Conselheira Ingrid diz que solicitou que planilha dos itens acrescidos e suprimidos
150 estivessem separados, as RT's que estavam faltando, Relatório fotográfico datado,
151 solicitou do Assessor Jurídico que faça um parecer especifico sobre a obra e aditivos, e
152 respaldando a reprogramação. O Conselheiro Eduardo diz que não vê a necessidade
153 desta reunião tendo em vista que as demandas solicitadas do processo não foram
154 respondidas, o Presidente diz que a questão desta reunião é orçamentária, e que os
155 aditivos já foram analisados pelas Fiscais e Gerente Geral, a Conselheira Ingrid diz que s
156 planilhas faltam complementar, o presidente diz que isto pode ser resolvido, com a
157 orientação da COA, Fiscais e Gerente geral, e que o que é preciso nesta plenária é
158 aprovar essa Reprogramação Orçamentária, para mandar pra CPFÍ a tempo de
159 aprovação, a aprovação da plenária, pois se não foi aprovada nesta data só poderá ser
160 encaminhado que vem atrasando a obra, então teria que parar a obra imediatamente. A
161 Conselheira Ingrid diz que na Comissão foi aprovada com ressalva com intuito de
162 agilizar as pendencias do processo, pois a motivação do orçamento é a questão da obra,
163 o Presidente fala que os itens já estão quase todos sanados. A Conselheira Maria do
164 Perpetuo fala sobre a importância de aprovar isto hoje, independente do processo estar
165 completo pois é algo administrativo que pode ser resolvido e que a aprovação tem prazo,
166 e que ocasionaria parar a obra, que isto pode ser resolvido internamente. O Presidente
167 confirma a colocação da Conselheira, dizendo que esta tudo certo, e a Maria do Perpetuo
168 pergunta se há algo de errado na reprogramação orçamentaria apresentada, os demais
169 dizem que não, que está correta, o Presidente sugere que seja aprovada a Reprogramação
170 Orçamentaria sem ressalvas, e que fica registrado que o processo precisa ser analisado, o
171 Conselheiro Roberto complementa que não tem nenhuma questão seria que impeça tal
172 aprovação, que são fáceis de resolver. A Fiscal Lívia foi chamada para reunião, a mesma
173 mostra dentro do processo as RT's de Projeto e de fiscalização, e que só esta faltando a
174 do Jorge Romano, pois o mesmo ainda não havia encaminhado, a Conselheira Ingrid
175 pergunta do Parecer Jurídico, a Fiscal diz que ele não encaminhou e que levará para o
176 mesmo o processo a tarde, a fiscal disse que relatório técnico foi feito para os



177 conselheiros e que no processo consta o Parecer do primeiro e segundo aditivo, esclarece
178 as duvidas dos valores, e fala que o que esta sendo solicitado no relatório que não consta
179 esta dentro do processo no Parecer, esclarece as dúvidas. Abre-se votação da Aprovação
180 da Reprogramação Orçamentária, com 3 (três) votos a favor e 1 (uma) abstenção pelo
181 conselheiro Eduardo, contudo é aprovada por maioria. O presidente fala da aprovação
182 do SISCAF, e cancelou a ida da funcionaria no treinamento, a Conselheira Ingrid fala
183 que cada gestor do seu centro de custo que deveria analisar sua utilização, mas se há o
184 recurso não há motivo para não ir, deixando de fazer participação em um evento por
185 conta do que já esta aprovado, o presidente fala que por orientação do CAU/BR foi a
186 conter gastos nestes eventos, e custos gerais, e que a orientação é cortar, que o certo é
187 ninguém viajar por enquanto, a conselheira concorda com a contenção de gastos mas
188 não vê a necessidade sendo que já houve a reprogramação e tais gastos já estavam
189 previstos para cada centro de custos, não acha que deveria cortar essas despesas, e já
190 houve o desembolso das passagens, para que não seja cancelada esta, por R\$ 1.600,00
191 e a passagem já esta comprada, por R\$3.000,00, o Presidente diz que esta tomando as
192 decisões necessárias, de contenção de gastos, a conselheira fala que cada comissão tem
193 seu centro de custo para tais previsões e eventos, o presidente diz que o ordenador de
194 despesas é responsável por todos os gastos, a conselheira diz que são decisões que já
195 foram tomadas, o presidente encerra a sessão por falta de ordem.

Boa Vista (RR), 09 de maio de 2017.

PEDRO HEES

Presidente

INGRID SKARLETY ROSAS SOUZA

Conselheira Titular

EDUARDO OLIVEIRA MARQUES

Conselheiro Titular

ROBERTO BRITO FARIAS

Conselheiro Titular

MARIA DO PERPETUO SOCORRO ALMEIDA

BARBOSA

Conselheira Titular